



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE MARÇO DE 2013

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos](#)
[Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projetos de resolução n.ºs 625 a 635/XII (2.ª), dos projetos de lei n.ºs 367 e 369 a 371/XII (2.ª), da proposta de resolução n.º 55/XII (2.ª) e da proposta de lei n.º 131/XII (2.ª).

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro (Pedro Passos Coelho) sobre questões de

natureza económica, social e política.

Após o Primeiro-Ministro ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [António José Seguro](#) (PS), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [João Semedo](#) (BE), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP) e [Luís Montenegro](#) (PSD).

A Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 5 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Podem ser abertas as galerias.

Antes de darmos início aos nossos trabalhos, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Paulo Batista Santos): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, os projetos de resolução n.^{os} 625/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo a elaboração de uma lei-quadro da organização e funcionamento das entidades reguladoras (PS), que baixa à 6.^a Comissão, 626/XII (2.^a) — Revogação das taxas moderadoras e atribuição do transporte de doentes não urgentes (PCP), que baixa à 9.^a Comissão, 627/XII (2.^a) — Criação de um regime de exceção à Lei dos Compromissos para os Laboratórios de Estado, Laboratórios Associados e Unidades de Investigação (BE), que baixa à 8.^a Comissão, 628/XII (2.^a) — Combate às discriminações salariais, diretas e indiretas (PCP), que baixa à 10.^a Comissão, 629/XII (2.^a) — Defesa e valorização efetiva dos direitos das mulheres no mundo do trabalho (PCP), que baixa à 10.^a Comissão, 630/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo que se garanta um financiamento interministerial plurianual para a Orquestra Geração, assegurando assim a continuidade da sua ação pedagógica e de promoção da inclusão social de crianças e jovens de bairros economicamente desfavorecidos (PS), que baixa à 8.^a Comissão, 631/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo que proceda à construção de uma escola secundária na Quinta do Conde — Sesimbra (Os Verdes), que baixa à 8.^a Comissão, 632/XII (2.^a) — Pela não discriminação laboral de mulheres (Os Verdes), que baixa à 10.^a Comissão, 633/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo que alargue a proteção na parentalidade eliminando fatores discriminatórios (BE), que baixa à 10.^a Comissão, 634/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo que ratifique a Convenção n.º 189 da Organização Internacional do Trabalho sobre trabalho doméstico (BE), que baixa à 10.^a Comissão, e 635/XII (2.^a) — Sobre a promoção da igualdade laboral entre homens e mulheres (PSD e CDS-PP), que baixa à 10.^a Comissão.

Deram ainda entrada, e foram admitidos, os seguintes diplomas: os projetos de lei n.^{os} 367/XII (2.^a) — Adota medidas que salvaguardam os direitos dos arrendatários titulares de contratos habitacionais celebrados antes da vigência do regime de arrendamento urbano aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, e de contratos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro (Primeira alteração à Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro) (PS), que baixa à 11.^a Comissão, 369/XII (2.^a) — Aprova o regime jurídico das organizações não governamentais para a igualdade de género (ONGIG) (PS), que baixa à 1.^a Comissão, 370/XII (2.^a) — Majora o subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego para famílias monoparentais (BE), que baixa à 10.^a Comissão, e 371/XII (2.^a) — Reforça a autonomia e representatividade das organizações não-governamentais de mulheres (BE), que baixa à 1.^a Comissão; a proposta de resolução n.º 55/XII (2.^a) — Aprova, para ratificação, a Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento, de 31 de dezembro de 2012, no que se refere ao aumento do capital do Banco, que baixa à 4.^a Comissão; e a proposta de lei n.º 131/XII (2.^a) — Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, que baixa à 6.^a Comissão.

Em termos de expediente, é tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, dar início à ordem do dia de hoje, que consiste no debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, sobre questões de natureza económica, social e política.

Este debate realiza-se ao abrigo do artigo 224.º, n.º 2, alínea a) do Regimento, o que significa que o debate será aberto com uma intervenção inicial do Sr. Primeiro-Ministro, a que se segue uma fase de perguntas dos Deputados, numa única volta, de acordo com a seguinte ordem: PS, PCP, BE, Os Verdes, CDS-PP e PSD.

Assim sendo, para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tal como estava previsto, a reunião do Eurogrupo e do ECOFIN, dos Ministros das Finanças da União Europeia, teve lugar esta semana, tendo emitido um comunicado que é favorável às pretensões que quer Portugal quer a

Irlanda colocaram quanto à necessidade de proceder de molde a que os nossos parceiros europeus possam auxiliar-nos neste processo de regresso a financiamento não oficial por parte de ambos os países.

Esta questão tinha sido sinalizada ainda no ano passado, como se recordam, foi colocada em cima da mesa, em simultâneo, pelo Primeiro-Ministro irlandês e por mim e, logo de seguida, junto do Eurogrupo e do ECOFIN, por parte dos Ministros das Finanças dos dois países.

Trata-se de dar consequência a uma deliberação há muito assumida, desde o verão de 2001, que apontava no seguinte sentido: os países que, estando sob assistência económica e financeira, cumprirem o essencial dos seus programas de assistência, caso necessitem, terão a solidariedade e o apoio ativo dos seus parceiros europeus para poderem concluir com sucesso os seus programas e dispensarem o financiamento oficial (que é como quem diz precisarem de um novo programa de assistência e de prolongarem o período de assistência com novos empréstimos e, portanto, com novos programas). Isso faz-se, evidentemente, com aquilo a que vulgarmente se designa regresso a mercado, ou seja, colocando dívida pública de longo prazo nos mercados financeiros de modo a evitar uma sujeição a programas de resgate.

É justamente porque a Irlanda está praticamente a um ano de terminar o seu programa de assistência e, portanto, de precisar de emitir em mercado sem o apoio oficial (esse programa deverá estar concluído até dezembro deste ano) e porque Portugal estará nas mesmas condições meio ano depois, e dada a necessidade de obtermos um perfil de pagamentos de dívida em termos regulares que os investidores considerem estar perfeitamente acessível à capacidade dos países, não colocando, portanto, em risco a possibilidade de esse financiamento poder ocorrer de forma regular, que faz sentido colocar perante o Eurogrupo e a reunião dos Ministros das Finanças da União Europeia este pedido, feito em coordenação por Portugal e pela Irlanda.

Não havendo já uma solução final do ponto de vista técnico ou que representará esse processo negocial, sabemos que os nossos parceiros reconheceram o bom desempenho dos nossos programas (do irlandês e do português), que outras instituições internacionais recomendaram aos respetivos governos que prossigam as suas estratégias, até à data bem-sucedidas, no sentido de corrigir os desequilíbrios acumulados durante anos nas economias, e que recomendaram à troica que propusesse e avançasse uma proposta que, em princípio, eles gostariam de poder tratar de modo a facilitar o regresso de Portugal e da Irlanda aos mercados.

Ora, julgo importante anotar dois aspetos sobre esta matéria, sobretudo numa altura em que, mais de 21 meses volvidos sobre o início do nosso Programa de Assistência Económica e Financeira, e, portanto, em plena dor de processo de ajustamento, o País precisa de ter conforto relativamente à orientação para futuro.

A primeira nota que julgo dever destacar é a de que só é possível obter esta disponibilidade dos nossos parceiros para nos ajudarem a regressar a financiamento não oficial na medida em que formos bem-sucedidos a executar o nosso Programa de Assistência, em que formos credíveis no nosso compromisso de poder corrigir os desequilíbrios herdados e, portanto, na medida em que a nossa atitude não seja, como alguns querem, a de mudar de direção, de arrepiar caminho, de poder renegociar tudo mas, sim, a de cumprir o essencial dos nossos objetivos. Esta é a primeira conclusão importante de que o País tem hoje consciência: só teremos este apoio nesta altura porque, rigorosamente, a direção que temos vindo a traçar é a correta e é apreciada pelos nossos parceiros europeus.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A segunda nota é a de que eles instam-nos a prosseguir o caminho das reformas porque sabem, como nós sabemos, que só há sustentabilidade, que é como quem diz que este resultado só será duradouro para futuro, na medida em que seja acompanhado de reforma estrutural importante. Foi a ausência dessa reforma, aliada à falta de competitividade económica, que nos trouxe a um nível de elevado endividamento. Só aplicando rigorosamente um programa ambicioso de reforma estrutural será possível, no futuro, não ter novamente um problema de desequilíbrio estrutural.

Ora, depois de termos executado mais de dois terços do programa estrutural que estava incluído no Memorando de Entendimento, é importante dizer que se esses resultados não são visíveis rapidamente não será possível no futuro, de forma sustentada, voltar a crescer e a criar emprego, sem que essas medidas de ajustamento estrutural tenham lugar.

É preciso, por essa razão, prosseguir com firmeza, com resiliência, o caminho que temos vindo a seguir.

Alguns entendem que o Governo, ao determinar esta resiliência, não tem sensibilidade social.

Protestos do PS.

Gostaria de dizer, no local apropriado, que é o Parlamento, em particular aos partidos da oposição, como é evidente, que não foi com certeza a fina sensibilidade social que levou o anterior governo a pedir o resgate externo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do PS.

Não foi com certeza a fina sensibilidade social que empurrou o País para um nível de dívida pública, em percentagem da riqueza criada no País, tão elevado como aquele que hoje temos, e sabemos que até regressar a níveis como aqueles que estão previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento, que são de 60%, demoraremos seguramente duas a três décadas.

Mas foi a sensibilidade social deste Governo...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que permitiu que aqueles que são hoje titulares de pensões abaixo de 600 €, que são cerca de 90% dos pensionistas em Portugal, não sejam atingidos por medidas diretas de austeridade, que é como quem diz, não são chamados a IRS,...

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — IVA!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não pagam a contribuição extraordinária de solidariedade e não pagam, evidentemente, a nossa sobretaxa de IRS nem têm agravamento fiscal.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não foram afetados também pelo corte ou suspensão dos subsídios, mas foram beneficiários, sobretudo as pensões mínimas, sociais e rurais, que, no passado, o governo socialista congelou. Ou seja, foram atualizadas essas pensões, do mesmo modo que a generalidade desses pensionistas...

Protestos do PS e do PCP.

Sei que o conceito democrático de VV. Ex.^{as} é muito assimétrico e, portanto, quando ouvem o Governo, fazem barulho, mas quando o Governo ouve a oposição tem de mostrar respeito, não é verdade?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, já ultrapassou o tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Foi por isso que as medidas importantes que tomámos na política do medicamento, por exemplo, permitiram que muitos reformados tenham hoje um desconto importante nas faturas com medicamentos que tinham de suportar até aqui.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a sensibilidade social do Governo tem-nos permitido que o ajustamento essencial que o Estado deve fazer se concentre naqueles que não têm recursos mais baixos mas que têm recursos médios e mais elevados e, até hoje, esse tem sido um elemento essencial para preservar a coesão social.

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

Finalmente, Sr.^a Presidente, é indispensável que o País, que hoje vê os nossos parceiros disponíveis para nos apoiarem de modo a regressarmos à nossa autonomia orçamental, saiba que contará sempre com este Governo para gerar as condições de estabilidade política necessárias para que o País não deite pela janela aquilo que já conquistou até hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, desde a última vez que o Sr. Primeiro-Ministro veio a este Parlamento, o Instituto Nacional de Estatística disse que o desemprego, no último trimestre de 2012, em Portugal, foi de 16,9%, muito acima das previsões do Governo. A Comissão Europeia prevê 17,3% para este ano e o Eurostat diz que, em janeiro, o desemprego cresceu 17,6%.

O País está a caminho de um milhão de desempregados, metade dos quais não tem qualquer tipo de apoio ou proteção social, e o senhor vem a este Parlamento e não se refere uma única vez ao maior problema e ao maior flagelo social dos portugueses. Falou 12 minutos e nem uma única vez falou em desemprego.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro vem ao Parlamento e não traz uma única medida para combater o desemprego? Uma única medida?

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Para quê?!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Isso era o anterior! O anterior é que trazia aqui medidas!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — É essa a pergunta que lhe faço: qual é a proposta que o senhor traz ao Parlamento para combater o desemprego em Portugal?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, é justamente porque o País precisa de criar emprego e ter a economia a crescer que precisa de fechar o seu Programa de Assistência Económica e Financeira com sucesso, precisa de recuperar a sua autonomia orçamental, precisa de ter um quadro de apoio ao investimento que seja alicerçado numa política de consolidação e não numa política de endividamento e precisa, evidentemente, de ter uma direção que seja certa, de confiança, junto de quem nos pode financiar e não de incumprimento, o que aconteceria se, eventualmente, fossem atendidas as pretensões que o Sr. Deputado reiteradamente vem fazendo neste Parlamento, quase desde o início do nosso Programa de Assistência Económica e Financeira.

Protestos do PS.

Isto significa, Sr. Deputado, que eu, como Primeiro-Ministro, e o meu Governo fazemos mais para combater o desemprego no que ele tem de estrutural...

Protestos do PS.

... do que aquilo que o Sr. Deputado faz quando vem dizer que a primeira condição para ter uma política de crescimento é aumentar o salário mínimo nacional.

Protestos do PS e do PCP.

O Sr. Deputado sabe que, quando um País enfrenta um nível elevado de desemprego, a medida mais sensata que se pode tomar é exatamente a oposta.

Risos do Deputado do PS João Galamba.

Foi isso que a Irlanda fez no início do seu programa, mas a Irlanda tinha um nível de salário mínimo substancialmente maior do que o nosso e, por isso, presumo eu, o governo do Partido Socialista de então não incluiu tal cláusula no Memorando de Entendimento e nós também não a quisemos adotar.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Isso é que é muito bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, Sr. Deputado, quem quer criar melhores perspetivas de emprego para o País, não aparece perante o País com demagogia,...

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Demagogia?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... aparece com sentido de responsabilidade, o qual, infelizmente, vai no sentido oposto às propostas que o Sr. Deputado fez.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, é extraordinário: um milhão de desempregados e o Sr. Primeiro-Ministro vem ao Parlamento e não tem uma proposta, uma medida para combater o desemprego em Portugal! É inaceitável!

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Uma vergonha!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Volto a perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, do que está à espera e o que está a fazer à frente do Governo se o senhor não é capaz de combater o principal problema com que o País e os portugueses se defrontam?!

É natural que os portugueses se indignem e se manifestem, é natural que cada vez mais portugueses estejam contra o Governo, porque este Governo está divorciado dos portugueses e não conhece o País que pretende governar. Está completamente de costas viradas para os portugueses!

Quando se esperava que houvesse um sinal, uma medida, uma preocupação sobre o desemprego, é triste ver o Primeiro-Ministro de Portugal a não ter uma única referência para os desempregados deste País...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — ... e a não ter uma única medida, uma única proposta para combater o desemprego no nosso País. É lamentável, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PS.

O senhor vem a este Parlamento todo satisfeito com as conclusões do Ecofin, mas devo dizer-lhe que não estou satisfeito com a situação dos portugueses, e essa é a principal diferença entre um Primeiro-Ministro resignado, de costas voltadas para o País,...

Protestos do PSD.

... que diz que tudo vai bem. Mas devo dizer-lhe, citando alguém, que só quem não está no seu perfeito ou no seu são juízo é que pode dizer que tudo vai bem em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Paulo Portas!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Mas há aqui uma diferença entre o Governo e o Partido Socialista. Mais uma diferença!

Vozes do PSD: — Muitas!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Convidei o Sr. Primeiro-Ministro para um debate na passada sexta-feira e o senhor faltou.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Fugiu!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É tão ridículo!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Fez mal, Sr. Primeiro-Ministro, fez mal em não ter vindo a este debate.

Apresentámos aqui, em nome do Partido Socialista, cinco propostas concretas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!...

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Como já passaram cinco dias sobre esse debate, quero perguntar-lhe, muito concretamente, qual das propostas que o Partido Socialista aqui apresentou é que o Sr. Primeiro-Ministro aceita.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, o Sr. Deputado António José Seguro insiste na questão do desemprego...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Imagine-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e eu insisto na resposta que lhe dei, Sr. Deputado.

Sei que haverá muitos companheiros ou camaradas seus que se habituaram àquela encenação dos debates quinzenais,...

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em que o Primeiro-Ministro aparecia a divulgar medidas que depois não saíam do papel. Sei que havia esse hábito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Deputado, não é esse o hábito que tenho, o que significa, portanto, que não ando a preparar medidas para os debates quinzenais.

O Governo está a governar, desde o início, para ultrapassar a situação de emergência, e fá-lo não apenas com o reconhecimento dos seus parceiros internacionais mas também a olhar para as políticas de curto prazo, nomeadamente para as políticas ativas de emprego, e tem-nas, evidentemente, executado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E os funcionários públicos?

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — O Impulso Jovem?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que significa, Sr. Deputado, que não preciso de fazer números, apresentando medidas a pedido do Sr. Deputado. Temos vindo a tomá-las, mas não confundimos a floresta com a árvore. Sabemos que o desemprego estrutural não é combatido com medidas ativas de emprego,...

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — E o Impulso Jovem?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o desemprego estrutural é combatido com reformas estruturais do lado da economia, e são essas que estamos a fazer.

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

Diz o Sr. Deputado que faltei ao debate com o Partido Socialista.

Sr. Deputado, tenho estado em muitos debates no Parlamento e hoje estou aqui a debater. Portanto, não se lamente, como disse, de lhe ter mandado «um polícia bom». Estamos aqui, em todos os debates, a fazer a confrontação natural e democrática entre o Parlamento e a posição do Governo.

O Sr. Deputado apresentou uma proposta nesta Casa que tem vários elementos que estão a ser desenvolvidos pelo Governo do País.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não me diga?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade! O Sr. Deputado não imagina o quão pouco original foi em algumas das matérias que sugeriu.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Então, diga lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado procura enfatizar a importância de termos uma instituição especializada — chama-lhe banco de fomento — para apoio às empresas portuguesas. Mas, Sr. Deputado, é isso que estamos a fazer há algum tempo,...

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Como é que se chama o que criaram? Como se chama?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não temos aí nenhuma divisão de objetivo.

O Sr. Deputado apresenta como um horizonte importante para a reanimação da economia a reabilitação urbana.

Nesse aspeto, também está distraído, porque o Governo tem estado justamente a investir nessa matéria, através do Fundo JESSICA, que teve um desenvolvimento importante nos últimos meses e que tem um nível de execução que é já relevante.

Mas o Sr. Deputado, com certeza, não deve querer que eu esteja a particularizar as pequenas medidas que estamos a trabalhar em conjunto no Governo e para as quais o Partido Socialista acordou tarde.

Estamos é em total divergência com a atitude que o Sr. Deputado apresentou. O Sr. Deputado diz: «Abandonem a política que está a ser seguida. Acabem com a política de austeridade no Estado e façam aquilo que é importante num momento de crise, que é o estímulo à economia». Isto é, «voltem a fazer a asneira que o Partido Socialista fez quando estava no Governo, em 2009, e deem estímulos à economia».

Protestos do PS.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que, nas circunstâncias em que estamos, a única consequência de ter, nesta altura, uma política expansiva do défice público em razão da despesa pública é somente a de agravar a dívida e não melhorar o crescimento,...

O Sr. **Fernando Medina** (PS): — Ai é?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque essa foi, justamente, a receita errada que foi seguida no passado.

Não tivessem alguns governos, nomeadamente o Governo português de então, feito estímulos fiscais e talvez não tivéssemos o pesado fardo da dívida que temos hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, de entre várias, vou dar-lhe o exemplo de uma medida que não sai do papel: o Impulso Jovem. Sabe quanto é que tem de orçamento? Tem 344 milhões de euros de orçamento! Repito: 344 milhões de euros! Sabe quantos jovens é que o senhor disse que visava atingir? Disse que visava atingir 90 000 jovens desempregados! Ao fim de quase um ano, sabe quantos é que atingiu? Atingiu 1400 jovens! Aqui tem, Sr. Primeiro-Ministro, o exemplo de uma medida que não sai do papel.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro, para surpresa dos portugueses, chegou aqui, fez um ar de espanto e indignação e, com um ar quase de reprovação, como se tivesse direito e autoridade para o fazer, disse-me: «O Sr. Deputado insiste no desemprego!». Pois insisto, Sr. Primeiro-Ministro, porque esse é o principal problema dos portugueses! Insisto e vamos insistir!

Aplausos do PS.

E como o Sr. Primeiro-Ministro não tem propostas, então, vamos discutir as propostas do PS. Vamos a isso, Sr. Primeiro-Ministro!

Primeiro, o Sr. Primeiro-Ministro — honra lhe seja feita —, há quase dois anos, quando tomou posse, veio a este Parlamento e disse que a política do Governo se traduzia no seguinte: primeiro, as finanças e, depois, a economia. E eu disse-lhe: «Está enganado, Sr. Primeiro-Ministro. Para tratarmos das finanças temos de tratar

da economia. E para tratarmos dos portugueses, sobretudo para preservarmos postos de trabalho, temos de tratar da economia.»

O senhor, várias vezes, chamou-me aqui de irresponsável por eu ter essa proposta. E, mais, quando lhe referia que era necessário mais tempo para corrigir o défice, o senhor dizia: «Nunca pedirei mais tempo.» Disse-o, em janeiro do ano passado — consta dos *Diários da Assembleia da República*. Então, por que é que agora vai pedir mais um ano, fazendo precisamente o contrário daquilo que o senhor prometeu?

O senhor disse aqui também, no dia 30 de março do ano passado, que não haveria recessão em 2013. Sr. Primeiro-Ministro, sabe o que é que o Ministro das Finanças veio dizer, na semana passada, à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública? Veio dizer que se tinham enganado nas previsões e que a recessão iria ser maior do que aquela que tinham previsto. Maior?! Vai ser o dobro daquela que tinham previsto! Sr. Primeiro-Ministro, não fale, pois, em credibilidade, nem diga que estamos no bom caminho!

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro indigna-se quando digo que é preciso parar com a austeridade. Quero fazer uma precisão: eu quero disciplina e rigor orçamental.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Por isso, o PS votou a favor do tratado fiscal e da lei de enquadramento orçamental.

O que não aceitamos é que o senhor continue com a sua política de austeridade, custe o que custar.

E não aceitamos um corte de 4000 milhões de euros nas funções sociais do Estado — isso, não aceitamos! Essa é a nossa primeira proposta. E a pergunta que lhe faço é esta: o senhor mantém, ou não, o seu propósito de cortar 4000 milhões de euros na saúde pública, na educação pública e na proteção social pública dos portugueses?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, está equivocado, eu não me indigno. O Sr. Deputado está no seu direito de apresentar as propostas que entender. Elas não geram a minha indignação, podem é gerar a minha discordância, Sr. Deputado, e essa, evidentemente, afirmo-a.

Sr. Deputado, a população desempregada portuguesa, como demonstra este gráfico que lhe mostro, tem vindo a subir consistentemente desde há muito tempo.

Protestos de Deputados do PS.

Em 2010, já atingia cerca de 600 000 desempregados e, no segundo trimestre de 2011, atingia 675 000, quase 700 000 desempregados.

Protestos de Deputados do PS.

Sr. Deputado, sabemos o que gera o desemprego: é a falta de competitividade e a falta de reforma estrutural na economia. É isso que gera o desemprego.

É por isso que o Partido Socialista, no passado, foi incapaz de lidar com o fenómeno do desemprego. Nenhum Governo será capaz de lidar com o fenómeno do desemprego se não atuar estruturalmente sobre a economia. E isso é o que estamos a fazer, Sr. Deputado.

Aplausos de Deputados do PSD.

Diz o Sr. Deputado que se torna difícil cumprir alguma coisa quando temos ainda poupanças estruturais para fazer. Sr. Deputado, ainda hoje de manhã, li, não a resposta da Sr.^a Lagarde aos seus pedidos, mas uma notícia de um jornal francês de grande divulgação que dá conta que o Governo francês se apronta para fazer cortes de 4000 milhões de euros nas funções sociais.

Protestos do PS.

Atendendo a que se trata de um Governo socialista, queria perguntar ao Sr. Deputado se considera que a linha de austeridade que o Governo socialista francês está a seguir...

Protestos de Deputados do PS.

... é desaconselhável no contexto europeu em que vivemos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António José Seguro, quero dizer que a Mesa, às vezes, confronta-se com o dilema entre interromper o orador ou deixá-lo prosseguir com um ruído que cria dificuldade em ouvi-lo. Os apartes são legítimos no Parlamento, mas até ao limite em que se ouve com normalidade o orador.

Pedia a todas as bancadas a maior atenção para isso. Não se trata da compressão da liberdade no Parlamento, mas de deixarem que o orador seja ouvido, seja qual for o orador.

O Sr. Primeiro-Ministro, na última parte da sua intervenção, já não se ouvia muito bem, porque havia muito ruído. E como isso tem acontecido desde o início do debate, pedia aos Srs. Deputados o favor de, nas próximas intervenções, terem esse limite em atenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, sobre desemprego nem uma palavra, nem uma medida. E à questão concreta que lhe coloquei, do corte dos 4000 milhões de euros, nem uma resposta.

O que gera desemprego no nosso País e o que gera desemprego na Europa é a sua receita e é a receita que a sua amiga Merkel impõe aos países europeus, que é a receita da austeridade custe o que custar.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro não tem propostas para combater o desemprego, mas o Partido Socialista tem propostas para combater o desemprego. Em primeiro lugar, sempre dissemos que era necessário financiar as nossas pequenas e médias empresas. Apresentámos há mais de um ano e meio, e voltámos a apresentar na sexta-feira, propostas concretas. Mas, neste momento, financiar já não chega, é necessário dinamizar um pouco a nossa procura interna.

É por isso que nós, e também por razões sociais, apresentamos a proposta para que, no âmbito da concertação social, se possa aumentar o salário mínimo e as pensões mais baixas no nosso País.

Aplausos do PS.

São propostas concretas no sentido de dar aos portugueses que menos têm um pouco mais de rendimento para poderem consumir. Isso ajudava o nosso comércio e a nossa indústria.

Há dois setores que têm sido flagelados pelas falências e que, infelizmente, têm contribuído bastante para o aumento do desemprego em Portugal: o da construção civil e o da restauração. E temos duas propostas

concretas para ajudar esses dois setores a estancar as falências e a estancar o desemprego. Uma delas é a baixa do IVA da restauração de 23% para 13%, aumento que nunca deveria ter ocorrido.

Aplausos do PS.

A segunda proposta é no sentido de que se crie, com fundos comunitários, um programa de reabilitação urbana precisamente tendo como critério a eficiência energética para ajudar as pequenas empresas de construção civil.

E temos uma proposta para apoiar o meio milhão de portugueses que estão desempregados e que não têm qualquer tipo de apoio social: que os fundos comunitários que não estão a ser executados possam ser reafectados e que se possa criar um programa de emergência para qualificar, para dar mais formação profissional a esse meio milhão de portugueses que necessitam.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, este debate não marca só a diferença de direção, de rumo e o diagnóstico sobre a realidade entre um Primeiro-Ministro de costas voltadas para os portugueses e o Partido Socialista. Mostra também, infelizmente, quanto irredutível o senhor está para mudar de direção e para mudar de caminho.

Eu disse na sexta-feira que esta é a última oportunidade política que o Governo tem para mudar de direção e para mudar de caminho. O senhor não quer mudar porque está politicamente teimoso e está enfeudado a uma política de austeridade do custe o que custar, que nos está a levar para o empobrecimento e para o desastre. Mas vou dizer-lhe uma coisa: o senhor está sozinho, está cada vez mais sozinho e mais isolado em Portugal.

Aplausos do PS, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, todas as bancadas estão a gozar de um tempo de tolerância implicado no alargamento de tempo da primeira intervenção.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, creio ser de sublinhar que o elemento novo nestes debates quinzenais não é o agravamento da situação. De 15 em 15 dias, aquilo que verificamos é que vamos de mal a pior.

No plano de uma questão já aqui colocada, sobre o desemprego, desde que este Governo é governo já foram liquidados 400 000 postos de trabalho. Já quase caiu na banalização o facto de, há 15 dias, ter havido o anúncio de que Portugal estava com uma taxa de desemprego de 16,9% e, passados 15 dias, o Eurostat dizer que já chega aos 17,6%.

E relativamente a este drama, Sr. Primeiro-Ministro, não basta levantar um gráfico e mostrá-lo à bancada do PS, com todas as responsabilidades que esse partido tem nesta matéria. Quando se está a falar de desemprego está-se a falar da vida das pessoas, está-se a falar de 40% dos jovens, que hoje estão desempregados, está-se a falar de vidas destruídas, porque há casais que não têm emprego. E isto não é discurso de retórica, isto tem a ver com a vida, com a realidade que hoje vivemos no nosso País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Poderíamos dizer: «Bom, mas isto é necessário. Estamos pior agora, mas amanhã vamos ficar melhor». Só que a verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que a dívida continua a aumentar, o défice não se resolve, os problemas de crescimento económico continuam e o desenvolvimento não se verifica. Ou seja, continuam com as soluções de mais austeridade, mais sacrifícios, mais pobreza e mais injustiça para o nosso País e para o nosso povo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa é que é a verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Por isso, quando o ouço dizer que o País está na direção correta e que não deve mudar de trajetória, Sr. Primeiro-Ministro, só posso deixar-lhe uma primeira pergunta: acredita mesmo que este País está numa boa trajetória? Olhando para a realidade, para a situação social, para a situação económica que existe, tendo em conta que hoje milhões de portugueses estão a ser afetados por esta política e que o País está cada vez mais a andar para trás, acredita mesmo que estamos no bom caminho, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, não posso concordar mais consigo quando diz — de resto, já o tinha aqui afirmado noutras ocasiões e não teve uma resposta diversa da minha parte — que o desemprego é sempre a circunstância mais penalizadora que uma recessão pode trazer.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabemos isso, Sr. Deputado, e temos consciência de quão penoso e doloroso é um processo de ajustamento.

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Não têm é políticas! Têm gráficos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi rigorosamente essa a resposta que o Secretário-Geral do Partido Socialista obteve quando instou a Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional acerca da direção que estamos a seguir. A resposta, que veio às pinguinhas, mas que depois foi publicitada na íntegra, é categórica: ninguém vende nem procura adotar políticas restritivas e de austeridade com o intuito de expandir a procura e de ter um efeito sobre o crescimento no curto prazo.

Sr. Deputado, para poder citar do mesmo modo que o fez o orador antecedente, «ninguém no seu perfeito juízo diria tal coisa». Isso não é possível. Sabemos que é muito doloroso passar por estes processos.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Está-se a enterrar, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sei que o Sr. Deputado faz essa afirmação de mãos livres, no sentido de que não teve responsabilidades de governo na situação. É uma coisa que respeito, Sr. Deputado, mas não significa que se, porventura, fosse coerente com aquilo que diz e se estivesse a governar nós estivéssemos em circunstâncias melhores.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Estaríamos, de certeza!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não sei, Sr. Deputado. Temo bem que não. Mas respeito a sua posição, porque o Sr. Deputado não pode responder pelas políticas que trouxeram o País a este grau de endividamento.

No entanto, não posso (e o senhor também não), como a avestruz, meter a cabeça na areia, fazer de conta e dizer «como não fui eu que gerei esta dívida, ela não existe!» Ela existe, Sr. Deputado! E temos de a pagar! Não a pagamos de um dia para o outro, vamos demorar muito tempo a fazê-lo e temos, evidentemente, de ir criando condições na economia para o ressurgimento económico. É isso que o Governo está a fazer.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Só se for nas Berlengas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto à sua pergunta, Sr. Deputado, reafirmo que essa é a direção certa! Não conseguiremos retornar a financiamento não oficial nesta altura se não pudermos beneficiar do apoio dos países europeus, bem como do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu. Para esse efeito, não podemos sequer dar a impressão de que estamos, para futuro, a implicar com a adoção de medidas que não desejamos e que pretendemos alterar pura e simplesmente.

Protestos do PCP.

Sr. Deputado, se o País não tem margem para gastar mais, porque não tem mais para gastar, não posso fazer a demagogia de vir aqui dizer que temos de estimular a economia quando o País não tem dinheiro para o fazer. Espero que o Sr. Deputado respeite que não posso dizer ou fazer isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não falei de dificuldades, que são reais. A grande questão é que este Governo persiste numa política que nunca resolverá nenhum dos grandes problemas nacionais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Se, de facto, não há medidas que levem ao crescimento económico, se não existem medidas de investimento, se, em vez de estar permanentemente a encher os bolsos à banca, se virasse para a economia real, se fossem respeitados os direitos e os salários de quem trabalha ou de quem vive da sua pensão e da sua reforma, naturalmente que se encontrariam soluções para interromper este caminho para o desastre com que neste momento vivemos!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Queria também fazer-lhe uma acusação direta, Sr. Primeiro-Ministro. A acusação é a de que este Governo está a roubar a esperança a muitos portugueses, que não acreditam no futuro,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... porque viram as suas vidas destroçadas e porque estão numa situação dramática para a qual não encontram saída! Esta é uma inquietação profunda que temos! Em democracia, quando se perde a esperança, as coisas começam a complicar-se.

Felizmente, muitos portugueses não aceitam este rumo de braços caídos. As manifestações que se verificaram nos dias 16 de Fevereiro e 2 de Março, em que centenas de milhares de portugueses manifestaram a sua indignação, o seu protesto, mas também a sua luta, são a prova de que quem está irremediavelmente condenado à derrota é este Governo e esta política.

Aplausos do PCP.

É chocante ouvir um Ministro deste Governo — estou a falar do Ministro das Finanças — dizer que é mais importante ouvir os elogios dos parceiros europeus do que os protestos dos portugueses que se manifestam. Já nem se fala em brio patriótico, mas quando o Governo ou um dos seus membros considera que é muito bom ouvir os elogios daqueles que estão a ganhar com a situação em Portugal e despreza aqueles que lutam, que se indignam, que querem uma vida melhor e que, numa afirmação de verticalidade, não deixam o seu

País ser destruído, então, Sr. Primeiro-Ministro, acho que cada vez mais se torna necessária a exigência de demissão deste Governo pela derrota da sua política.

Aplausos do PCP.

Estamos em crer que essa será uma possibilidade cada vez mais próxima, porque o País tem futuro, este Governo é que não tem!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, gostaria de afirmar a convicção oposta à sua. Creio que há razão, hoje, para que todos aqueles que têm, com muito sacrifício, levado um tempo de dificuldades para podermos acabar com o tempo de emergência nacional e construir um futuro que está para além da troica, que é aquele em que estamos hoje a trabalhar, acreditarem que podemos regressar à nossa autonomia, esperando que ela possa ser exercida com responsabilidade. A todos esses portugueses, que têm feito tantos sacrifícios, quero reafirmar que Portugal está hoje mais próximo de fechar este período de emergência e de vencer estas dificuldades do que esteve há tempos atrás e, seguramente, quando teve de pedir a intervenção externa para evitar a situação de bancarrota.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E o desemprego?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa não é a nossa situação hoje.

Se eu tivesse de eleger um resultado importante para todos os portugueses que estão desempregados, que estão a sofrer, que estão com pouca esperança no futuro, se tivesse de apontar uma garantia de esperança para o futuro, teria de dizer que estamos hoje mais próximos de poder dispensar a troica, de poder dispensar um programa de assistência e de poder regressar à nossa vida,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Tudo ilusões!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que não será a vida de muita irresponsabilidade pública que vigorou no passado, mas que será a nossa, que vamos poder construir, ao nosso ritmo e de acordo com as nossas possibilidades, mas como gente que quer oferecer um futuro aos seus filhos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Onde é que ele está?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É isso que estamos a fazer, Sr. Deputado!

Sr. Deputado, percebo que queira trazer para aqui o sentimento das manifestações. Percebo isso, até porque é notória essa postura da parte do Partido Comunista Português e de outros partidos da oposição, que têm elogiado essas manifestações e que se têm associado a esses protestos. Mas quero dizer ao Sr. Deputado que o Governo nunca se envolverá em polémicas a propósito de manifestações, porque reconhecemos o direito e a legitimidade, numa sociedade democrática,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Era só o que faltava!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de todos aqueles que querem protestar e de manifestar as suas ideias.

Protestos do PCP e do PS.

Nenhum Governo deve ficar indiferente a essas manifestações públicas!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Importa-se de repetir?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Elas são, evidentemente, para ser tidas em conta. Mas, Sr. Deputado, eu não governo em função das manifestações nem, evidentemente, dos protestos.

Protestos do PCP.

Qualquer governante que tem uma missão a cumprir, no dia em que tiver de decidir em função desses critérios demite-se da sua grande responsabilidade e não está à altura do lugar que desempenha. E isso, Sr. Deputado, espero que não me aconteça a mim!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, o tempo é curto, mas ainda vou usá-lo.

Sr. Primeiro-Ministro, não tenho a veleidade de questionar as suas convicções, mas a verdade é que a sua convicção entra em rota de colisão com a realidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Fala no amanhã que há de chegar, fala na necessidade de encontrar um caminho para sair da situação, mas a verdade é que a realidade se vai agravando permanentemente.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — É por isso que termino com esta ideia, que talvez o Sr. Primeiro-Ministro conheça: é que do caos nunca nascerão as boas soluções. É preferível a rutura e a mudança do que esperar pelo fim deste País, pelo fim da situação em que muitos portugueses se encontram.

O que é possível e necessário é lutar para mudar. Nós estamos em crer que o povo português há de ser capaz de fazer isso!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção é do Bloco de Esquerda.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não fiquei espantado com o facto de na sua intervenção inicial não ter tido uma palavra sobre o desemprego e sobre os desempregados.

Na realidade, há um ano e meio que o seu Governo não tem uma só medida que não seja cortar no subsídio de desemprego e cortar no número de desempregados que têm direito a esse subsídio. Portanto, não me espanta nada esse seu esquecimento.

Mas já me espanta a sua falta de decoro, digamos assim, de pudor, ao considerar que dar mais dois cêntimos, quatro cêntimos, sete cêntimos, nove cêntimos, no máximo, por dia, a umas centenas de milhares de pensionistas beneficiários da pensão mínima, seja atualizar as pensões. Isso, sim, é que me chocou bastante no seu esquecimento.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Primeiro-Ministro chegou aqui de mãos vazias no que diz respeito a encontrar uma solução para os juros e para a dívida, uma solução que não seja, naturalmente, a insistência na austeridade, no desemprego e na recessão.

O que o senhor anunciou hoje é uma mão cheia de nada, que não resolve qualquer problema, porque prolongar o tempo para pagar os empréstimos não é solução suficiente. Se o senhor não reduz as taxas de juro, se o senhor não reduz o valor em dívida, o senhor apenas consegue fazer com que estes empréstimos custem mais dinheiro ao País do que aquele dinheiro que está acordado.

Por isso, a minha primeira pergunta é a seguinte: que contas fez o Governo de quanto vai custar mais ao País o prolongamento do prazo dos empréstimos?

O Sr. Primeiro-Ministro fala dos seus parceiros internacionais como amigos de Portugal, mas está muito enganado. Eles são amigos dos seus bancos centrais, são amigos dos seus bancos particulares, porque esses, sim, é que têm ganho muitos mil milhões com a especulação sobre a dívida pública dos cinco países que estão em maior dificuldade.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, o Sr. Deputado João Semedo afirma que os nossos parceiros europeus e o Fundo Monetário Internacional não são nossos amigos e, antes, atuam como especuladores e, portanto, beneficiam com a nossa desgraça.

Sr. Deputado, não posso acompanhá-lo e aproveito mesmo a sua observação para fazer um sublinhado que julgo importante.

É uma perversão apresentar ao País aqueles que evitaram a bancarrota em Portugal como os seus carrascos ou os responsáveis pela crise portuguesa. Essa é a razão, Sr. Deputado, por que alguns movimentos e partidos políticos não beneficiam de qualquer credibilidade, nem mesmo na maior das crises que o País viveu desde que há memória.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Dizer que aqueles que nos emprestaram os meios que não tínhamos para, durante três anos, fazer o que for necessário para corrigir os nossos desequilíbrios (e para vivermos, portanto, pagando os ordenados e as pensões ao final do mês) são os beneficiários da nossa crise é uma perversão que não posso acompanhar!

Protestos dos Deputados do PS João Galamba e do PCP João Oliveira.

Em segundo lugar, diz o Sr. Deputado que não chega procurar encontrar uma solução que possa alisar as nossas responsabilidades de reembolso dos empréstimos que temos, mas é o que é possível fazer dentro do quadro de um País cumpridor. Há outras coisas possíveis mas que temos rejeitado, porque se encontram sempre no fundo de uma lista do que, podendo ser feito, toda a gente evita fazer, a não ser que não haja outra saída, que é a chamada reestruturação da dívida.

Sei que o Bloco de Esquerda tem essa posição, mas não é a nossa...

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — É a do País!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nem é a do País.

A razão por que isso não é adotado pelos governos deve-se ao facto do exemplo de demonstração que fica bem patente quando alguns Estados recorrem a essas circunstâncias.

Portanto, Sr. Deputado, isso nós não fazemos! Mas procuraremos apoio junto dos nossos parceiros para estender alguns desses prazos e fazer aquilo a que se chama o «reperfilamento da dívida». Podemos fazê-lo de uma forma negociada em mercado, com investidores privados. Fizemo-lo com um *swap* sobre a dívida pública no ano passado, no princípio de outubro, e podemos voltar a fazê-lo no futuro, com detentores privados dessa dívida. Mas podemos e devemos fazê-lo com os nossos parceiros europeus que já mostraram disponibilidade para o fazer.

Portanto, Sr. Deputado, fazemos o que é importante para que Portugal não fique preso — esse é o sinal — a um programa de resgate. A única forma de não ficarmos presos a esse resgate, a ter de pedir mais dinheiro aos nossos parceiros para um novo programa durante mais uns anos, é conseguirmos dispensar a troica e ter o nosso financiamento em circunstâncias normais. E ajuda a ter esse financiamento em circunstâncias normais chegar a um bom resultado de negociação com os nossos parceiros europeus.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, também não é surpresa que o senhor não veja na banca e na especulação financeira internacional os responsáveis da crise que o País, a Europa e, de certa forma também, o mundo atravessam.

Todos nós já percebemos que, para o Sr. Primeiro-Ministro, os grandes responsáveis são os portugueses e outros que viveram acima das suas possibilidades — isso já não é surpresa, já conhecemos essa retórica.

Sr. Primeiro-Ministro, repare que, enquanto a dívida do País continua a aumentar, também continuam a crescer os lucros dos bancos centrais e dos grandes bancos europeus com a compra da dívida de Espanha, Itália, Portugal, Grécia e Irlanda. Não me venha dizer que estes não são os beneficiários, porque, certamente, beneficiários não são os portugueses que estão no desemprego há um e há dois anos, que não recebem subsídio e que estão á beira e na antecâmara da pobreza e da miséria. Esses, seguramente, não são os beneficiários!

Há 10 dias que se instalou no País como que um «apagão»: não se ouve o Governo, não se ouve a troica, é como se não existissem; aliás, num contraste muito flagrante com a força com que se ouviu a voz dos portugueses no passado sábado. Na realidade, isto resulta de, sobretudo o Governo, mas também a troica, terem medo de dizer aos portugueses o que estão a negociar.

O Sr. Ministro pode ter medo, mas tem a responsabilidade de dizer ao Parlamento e ao País o que está a discutir e a negociar com a troica. Por isso, pergunto-lhe: o Governo propôs o aumento do salário mínimo nacional? O Governo propôs o alargamento do subsídio de desemprego? Que corte propôs o Governo no Serviço Nacional de Saúde e na escola pública? E que corte propôs o Governo nas pensões e nas reformas?

São estas as perguntas às quais o Sr. Primeiro-Ministro pode ter medo de responder, mas tem a responsabilidade de o fazer.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, o Sr. Deputado João Semedo gosta de apresentar de uma forma que considero demagógica a posição dos bancos na crise.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não me diga que é só o BE a fazer isso?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou voltar a responder-lhe com a mesma convicção: quando um País se endivida, o que se espera desse País é que possa criar condições para se desendividar.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E a culpa é de quem trabalha?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos nessa situação e é para isso que estamos a trabalhar. Não nos sentindo responsáveis pela geração dessa dívida, não podemos ignorar que ela é do País e tem de ser encarada pelos seus governos. É isso que não só o Estado mas também a sociedade portuguesa estão a fazer, porque uma parte é dívida pública, outra parte é dívida privada.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — A responsabilidade é de quem trabalha?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, sobre a questão da troica, deixe-me dizer que é sabido que, durante os exames regulares, não há pronunciamento sobre o conteúdo dos mesmos, e isso mantém-se e não será por mim colocado em causa no Parlamento. Mas quero aproveitar para dizer que estranho, no mínimo, que todos aqueles que, no Parlamento, a começar no Partido Socialista e a acabar no Partido Ecologista «Os Verdes», se têm oposto a qualquer ideia de que seja necessário encontrar poupanças permanentes no Estado, tendo estado o Governo disponível para as discutir atempadamente com todos, antes do exercício regular, queiram agora, durante o exercício regular, colocar-se na posição de quem está na varanda, dizendo: «Nós não queremos nenhuma dessas medidas, mas diga lá quais são, faz favor, que é para a gente lhes poder bater».

Sr. Deputado, não vejo que essa seja uma posição construtiva!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, repare no caricato das suas palavras: «O grande objetivo do Governo é desendividar o País». Mas, Sr. Primeiro-Ministro, todos os meses a dívida pública está a crescer! O senhor quer melhor caricatura da sua política, do falhanço dessa política do que esta realidade?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — O objetivo é desendividar o País, todos os meses, tem mais dívida!? Qual é o resultado dessa política?

Aplausos do BE.

Em 2011, o senhor anunciava a recuperação para 2012; em 2012, anunciou que seria em 2013; e, em 2013, parece que será em 2014. Mas já nenhum Ministro — nem o Sr. Primeiro-Ministro — diz isso com muita confiança.

O Sr. Primeiro-Ministro tem de compreender que o povo já não aguenta esta fantasia, já não aguenta esta austeridade e já não o aguenta a si nem ao seu Governo. O povo está farto de si, da sua política e do seu Governo! Foi isso que, com muita clareza, ouvimos todos, de norte a sul de Portugal, no passado sábado.

Sr. Primeiro-Ministro, a dignidade política no exercício das funções que tem devia levá-lo a ouvir a voz dos portugueses. Sr. Primeiro-Ministro, demita-se, não tenha medo das eleições! Deixe a democracia resolver os problemas do País que o seu Governo não sabe resolver.

Aplausos do BE.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, de Os Verdes.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro já fez hoje várias afirmações extraordinariamente preocupantes, e uma delas foi esta: «Lamentamos, mas o País não tem dinheiro para estimular o crescimento económico». Isto é absolutamente dramático, vindo da boca de um Primeiro-Ministro. E todos nos lembramos de, há tempos, o Sr. Primeiro-Ministro ter disponibilizado 12 000 milhões de euros à banca,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — ... mais 35 000 milhões de garantias. Iam para a banca, dizia o Sr. Primeiro-Ministro, porque a banca ia levar a que se estimulasse a economia. Não foi isto que prometeu? O Sr. Primeiro-Ministro fez uma opção, a de dar o dinheiro aos bancos e não diretamente à economia. Então, falhou tudo, Sr. Primeiro-Ministro! E agora vem dizer que não temos dinheiro nem meios para gerar riqueza no nosso País?! Isto é chegarmos a um beco sem saída!

O Sr. Primeiro-Ministro assume que não tem soluções para o País. Isto é de tal modo dramático que, neste momento, já nem podemos perguntar ao Governo que medidas tem para combater o desemprego!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tal e qual!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Neste momento, a única pergunta que podemos fazer é procurar saber que medidas tem o Governo para promover o desemprego, porque é só isso que o Governo faz!

Há outra pergunta que se impõe, nesse corte secreto dos 4000 milhões de euros: o que vai resultar mais daí, Sr. Primeiro-Ministro, para a calamidade do aumento do desemprego?

Vozes do Deputado de Os Verdes José Luís Ferreira e do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, talvez não tenha compreendido bem o que eu disse. Vamos admitir que eu possa não ter sido muito bem-sucedido na minha mensagem, pelo que vou ensaiar outra forma de dizer a mesma coisa.

O Governo não tem espaço orçamental para políticas expansionistas. É exatamente assim. Isto é reconhecido por todas as instituições externas e foi mesmo reconhecido por macroeconomistas com nome na praça, chamemos-lhe assim, prémios nobel que têm pronunciado políticas diferentes relativamente ao que tem sido seguido até pelo Fundo Monetário Internacional e pelos países europeus.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Conhecemos essas opiniões. Mas até esses macroeconomistas, que são muito conhecidos e que pensam que a Europa devia ter uma resposta diferente daquela que está a exhibir, consideram que os países que estão sob programa, altamente endividados não têm espaço para políticas orçamentais expansionistas. Foi isso que eu disse, Sr.^a Deputada.

Portanto, a ideia, que já foi de um Governo anterior, de criar dívida — porque é isso que acontece — para estimular a economia, em regra, paga-se muito caro e com uma recessão maior, mais dia, menos dia, com mais impostos e com mais desemprego.

Ora, Sr.^a Deputada, como já afirmei noutras ocasiões, estou certo de que Portugal não tem margem para essas políticas. Mas, mesmo que tivesse, eu não as executaria porque sei qual é o resultado delas. Foi isto que eu disse, Sr.^a Deputada, e é o que vou reafirmar.

Protestos do Deputado do PS Pedro Jesus Marques.

Quanto à questão dos 4000 milhões de euros, quando dizemos que precisamos de poupanças estruturais, portanto, permanentes para o futuro, o que estamos a dizer, no fundo, é que precisamos de desonerar a função fiscal e estamos à procura de medidas que tenham essa configuração e...

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Chama-se a isso estimular a procura!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... a seu tempo, o Parlamento não deixará de as analisar, até porque muitas delas têm de ser adotadas com recurso à aprovação parlamentar.

Portanto, Sr.^a Deputada, teremos muito tempo para poder discuti-las.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, de facto, isto começa a tornar-se muito complicado não apenas na realidade mas também nos discursos — nos discursos ainda é o menos, não é verdade? O problema é a realidade.

O Sr. Primeiro-Ministro não quer políticas expansionistas, mas também não sei exatamente a que se refere quando fala de políticas expansionistas, porque há investimento e investimento! Há investimento que se repercute no crescimento económico e na criação de riqueza, e esse investimento é fundamental para o País.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso mesmo!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ora bem, o Sr. Primeiro-Ministro não quer gerar políticas expansionistas porque não quer aumentar a dívida. Mas a dívida está a aumentar! Então, está a aumentar a dívida para quê e à custa de quê?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Boa pergunta!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — O Sr. Primeiro-Ministro vai ter de explicar, porque ninguém está a perceber absolutamente nada!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E porquê? Porque está a acontecer exatamente o contrário. Ou seja, o Governo está a aplicar uma política bruta de austeridade, absolutamente insustentável — o problema é que não vai parar por aqui. E o que é que está a resultar dessa austeridade? Mais dívida!? Ninguém percebe. Mais défice!? Menos crescimento económico!? Aliás, recessão. Mais desemprego!? Ou seja, o resultado é a criação de dificuldade ao País no sentido de o afundar mais, e mais, e mais... E quanto mais afunda, mais custa a subir!

É por isso que não se vê, de facto, luz ao fundo do túnel. E o Sr. Primeiro-Ministro não traz qualquer palavra de esperança — já trouxe, em tempos, mas como, depois, quebra todos os compromissos, já nem se atreve a trazer palavras de esperança!

Sr. Primeiro-Ministro, a situação é de tal modo insustentável que começa a ser perceptível por que é que a dose de protesto e a dose de manifestação deste País é tal como nunca se viu antes. Pense, por favor, no seguinte: já vimos muitos Governos passar por nós — não é verdade, Sr. Primeiro-Ministro? —, mas nunca se viu um Governo que fugisse dos portugueses como este Governo foge. Sim, Sr. Primeiro-Ministro!

Protestos do PSD.

Nunca houve um Governo que se escondesse tanto dos portugueses como este Governo se esconde nem nunca houve um Governo que levasse com os protestos dos portugueses como este Governo leva.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não, diz o Sr. Primeiro-Ministro. Ora, cá está a confirmação: este Governo vive no mundo da lua, este Governo não tem os pés bem assentes na terra e no País que está a governar; este Governo não está a governar para os portugueses, está a governar para a Sr.^a Merkel e para a Europa e os portugueses sofrem todas as consequências diretas dessa opção.

Sr. Primeiro-Ministro, caso não saiba nem tenha reparado, os portugueses manifestam-se, sim, e os portugueses protestam, sim, da forma mais brutal que alguma vez se viu depois do 25 de Abril!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia está profundamente equivocada. Este Governo só governa mesmo para concluir a emergência nacional em que o País viveu. É mesmo para os portugueses que o Governo governa, não é para mais ninguém!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada, se fosse fácil ultrapassar a situação de emergência em que o País estava, se fosse fácil lidar com o volume de dívida que foi acumulada, tenho a certeza de que haveria muitos candidatos para desenvolver políticas mais amigas do crescimento. Mas, Sr.^a Deputada, as políticas que são amigas do crescimento são as que se opõem ao endividamento, são essas que temos a coragem de assumir e não as escondemos de ninguém, nem nos escondemos de ninguém, é exatamente ao contrário!

A Sr.^a Deputada pergunta «porque aumenta a dívida?», pergunta que me parece muito oportuna. A dívida aumenta porque o Estado tem défice.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E juros altíssimos!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Ora aí está como a Sr.^a Deputada consegue perceber que políticas expansionistas suportadas pelo Orçamento do Estado geram mais défice.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

É a única maneira de o resultado se tornar evidente.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Nós fazemos o oposto, Sr.^a Deputada.

Nós gostaríamos de poder suprimir o défice rapidamente, mas isso não é possível, não porque o Estado seja mandrião a controlar a sua despesa, porque é isso que distingue os Governos que querem, de facto, controlar a dívida daqueles que não se preocupam com a dívida.

Protestos do PCP.

Risos do PS.

Nós sabemos que os empréstimos que obtivemos vão a défice, porque não podemos emitir em mercado não oficial, sabemos que os juros vão a défice e sabemos que, quando o nosso PIB encolhe, esse rácio também se torna mais pesado. Nós sabemos isso tudo, Sr.^a Deputada, e é por isso que queremos ultrapassar essa situação.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Os Srs. Deputados que entendem que devemos aliviar a austeridade — e, portanto, ter mais défice — não devem estar preocupados com a dívida, com certeza!

Protestos do PCP.

Portanto, Sr.^a Deputada, a esquizofrenia não está deste lado do Hemiciclo, com o Governo, está, muitas vezes, nas bancadas da oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, para formular a sua pergunta, o Sr. Deputado Nuno Magalhães, do CDS-PP.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a nosso ver, este debate acontece numa altura importante para Portugal por três ordens de motivos.

Em primeiro lugar, porque estamos, provavelmente, no período mais difícil do nosso ajustamento, por força não só dos compromissos anteriormente assumidos para pagar salários e pensões emergentes como também em virtude da conjuntura internacional que atravessamos.

Em segundo lugar, porque Portugal, depois de seis avaliações bem-sucedidas, também está a ser avaliado pelos seus credores.

Em terceiro lugar, porque após importantes negociações e decisões na União Europeia, nomeadamente no ECOFIN, estamos, de facto, numa situação em que é importante, do nosso ponto de vista — e estes factos exigem consideração da parte do Governo, da parte da maioria mas também da parte da oposição —, respeitar as dificuldades que os portugueses enfrentam (e que são muitas), ter preocupação e responsabilidade para com os maiores problemas que o País atravessa, nomeadamente o desemprego, mas também promover a apresentação de soluções credíveis e concretas para minorar, para combater e, desejavelmente, para resolver esses problemas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer-lhe que esperamos que, com determinação, Portugal possa ter mais uma avaliação positiva para, desse modo, ganhar ainda mais credibilidade externa, confiança dos nossos credores e dos investidores e, com isso, poder assumir posições firmes nas negociações europeias que possam, de alguma forma, melhorar as condições de vida, em concreto, dos portugueses.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sejam claros: no último mês aconteceram factos relevantes, alguns menos bons, outros melhores, que devem ser encarados com rigor e realismo.

É verdade, não há que negar, que houve uma revisão em baixa da previsão do crescimento para 2013 — este Governo, ao contrário de outros, assume-o. É verdade que houve uma contração do PIB no quarto trimestre de 2012 superior ao previsto. É verdade que houve um aumento preocupante do desemprego que, naturalmente, tem de ser combatido e realçado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mais do mesmo!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Se tudo isto é verdade, também com igual realismo — diria até, com igual sentido de responsabilidade, de verdade e de honestidade política, do ponto de vista intelectual — é bom recordar que a sempre citada UTAO (citada pela oposição quando dá jeito, evidentemente!) refere que o défice para 2012 ficará abaixo dos 5% previstos pelo Governo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — À custa de quê?

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Também é verdade que as taxas de juro de Portugal continuam abaixo da barreira dos 7%, que levou a que outro ministro de outro Governo solicitasse um pedido de resgate e ajuda externa.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E, como sempre dissemos, Sr. Primeiro-Ministro, é verdade que, com credibilidade e confiança externa, é possível pensar que os prazos para reembolso da dívida possam ser repensados e a redução do défice português possa ser mais faseada, tendo em atenção uma conjuntura económica que se degradou e que o desemprego aumentou de forma preocupante.

Tudo isto são factos, Sr. Primeiro-Ministro. Tudo isto deveria merecer da parte da oposição, mas também da maioria, com certeza — é isso que os portugueses esperam de nós —, uma visão realista e, ao mesmo tempo, uma visão construtiva.

Conhecemos as dificuldades, não as negamos: são muitas! Tal como disse, provavelmente estamos na fase mais difícil do nosso período de ajustamento, mas não é com o protesto pelo protesto, nem com o vender ilusões de outrora, quimeras de outrora, que levaram Portugal a solicitar o pedido de resgate — o terceiro em 30 anos —, que podemos dela sair! É, sim, com a apresentação de propostas concretas, credíveis face aos compromissos externos assumidos, credíveis face à conjuntura internacional, nomeadamente na zona euro e na União Europeia.

Sr. Primeiro-Ministro, é isso que os portugueses esperam da Câmara e dos partidos aqui representados.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A nosso ver, o momento que enfrentamos é muitíssimo importante.

É o momento em que é preciso tomar medidas, algumas das quais já aqui citadas, para combater o desemprego, nomeadamente o desemprego jovem — gostaria de ouvir da parte do Sr. Primeiro-Ministro uma especificação maior dessas medidas que, creio, paulatinamente, poderão estar a criar incentivos para reduzir o desemprego e o desemprego jovem.

É o momento em que é preciso tomar medidas que possam, de alguma forma, criar um maior alívio fiscal às nossas empresas a médio e longo prazo. Sabemos que não é possível agora — é evidente —, mas também sabemos que se não nos prepararmos agora para que isso aconteça daqui a algum tempo, certamente nessa altura não teremos as tais medidas, que todos desejamos, de alívio fiscal; teremos, isso sim, com medidas expansionistas, um novo pedido de resgate, que seria o quarto sobre este terceiro, em apenas 30 anos, repito.

Vozes do CDS-PP: — Exatamente!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Depositamos esperanças na comissão recém-nomeada pelo Governo para que esta possa, a médio e longo prazo, apresentar essas medidas.

Sr. Primeiro-Ministro, considerando as notícias que têm vindo a público das últimas reuniões europeias, nomeadamente no âmbito do ECOFIN, que falam de um maior faseamento quer do reembolso da dívida quer na redução do défice, parece-nos que também aqui, e talvez por maioria de razão, poderemos considerar uma velocidade diferente ao nível das reduções estruturais de despesa permanente do Estado — que são necessárias, é bom sublinhá-lo!

Face à conjuntura internacional, em particular na zona euro, sobretudo em países dos quais Portugal depende muito do ponto de vista das suas exportações, nomeadamente Espanha e Itália, e face às indecisões que estão a ocorrer em muitos países da União Europeia — e que, com alguma irresponsabilidade, aqui outrora eram defendidas —, pergunto-lhe, Primeiro-Ministro, se entende, ou não, que a redução mais faseada do défice poderá vir a ser uma realidade e que, ao mesmo tempo, do ponto de vista do reembolso da dívida, poderá haver também um faseamento maior.

Por último, com a credibilidade que conquistámos — e só a conquistámos porque cumprimos —, pergunto se podemos aspirar a uma redução de despesa permanente, também ela mais faseada.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, quando referia o objetivo que o Governo tem de poder encontrar na sua estratégia de retorno a financiamento um perfil para as maturidades da dívida emitida, neste caso, dos empréstimos que estão associados aos nossos parceiros europeus, recordou, e muito bem, o pressuposto do nível de cumprimento que o País tem não apenas do seu programa de assistência mas também da redução do défice estrutural. E isso é importante, porque temo-nos batido para que as avaliações incidam sobretudo sobre o nível de desempenho estrutural e não tanto sobre o nível nominal.

O que é que isto significa? Significa que em épocas recessivas, como são as que estamos a viver, há uma componente do défice que está associada ao pagamento de prestações sociais, em particular do subsídio de desemprego, e a uma perda de receita não apenas pelo baixo nível de atividade económica, via IRC, mas também através das contribuições da segurança social, porque se há menos emprego há menos contribuições. Ora, isso gera um défice que é próprio do ciclo económico e que não se deve ao facto de o Governo não controlar a sua despesa e entender que, mesmo com a dívida que tem, deve expandir a sua despesa.

O que tem acontecido em Portugal desde 2010, 2011 e 2012 é que o nosso défice estrutural, descontado o pagamento da dívida, tem baixado consideravelmente: cerca de 6 pontos no conjunto dos dois anos.

Ora, isso significa que, do ponto de vista da avaliação que é feita pelos nossos parceiros europeus, e isso é importante porque são as regras europeias que o determinam... A Comissão Europeia, juntamente com os ministros das Finanças, é que fazem a avaliação de desempenho em termos de avaliação estrutural em cada Estado e é em função disso que apresenta, no âmbito do Semestre Europeu, as suas propostas.

Quando o Ministro das Finanças português disse que era legítimo conjetar que, face ao nosso desempenho, Portugal pudesse ter uma trajetória para o objetivo do défice orçamental que, nos termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, não deve ser superior a 3% e que, portanto, esse objetivo poder ser transportado para mais tarde, isso corresponde à leitura de que o desagravamento estrutural está em curso. Os nossos parceiros sabem que não atingimos o nível do défice não porque não haja vontade, compromisso e comprometimento do Governo em atingi-lo, mas porque, ciclicamente, não se torna possível ou recolher a receita fiscal ou evitar a despesa com os subsídios de desemprego. Mas essa é uma solução que consideramos saudável para as economias.

A maneira que temos de evitar ou de minimizar riscos de espirais recessivas é deixar funcionar os estabilizadores automáticos — é assim que são designados. Essa é a razão por que nos temos expressado nesse sentido.

Foi por isso, julgo eu, que no ano passado, na quinta avaliação que teve lugar, Portugal beneficiou dessa avaliação positiva e foi por isso que não tivemos de adotar mais medidas restritivas, que teriam, evidentemente, um impacto recessivo, adicional, sobre a economia.

É essa a expectativa que também temos hoje. Mas, para termos essa expectativa, Sr. Deputado — volto a insistir —, manda o realismo e o bom senso dizer que não podemos deixar de cumprir na dimensão estrutural. Ora, estamos a cumprir, e é isso que é importante.

Quando se faz referência às medidas que poderiam ser importantes para ancorar expectativas positivas para futuro, nomeadamente a reforma do IRC, que está ser preparada, ou, eventualmente, a comissão, que estará a ser empossada, para reanalisar alguns movimentos de entre um «cabaz» de produtos no âmbito do IVA, ou quando anunciamos a possibilidade de utilizar os fundos europeus como uma alavanca importante para as pequenas e médias empresas, não atribuídos a fundo perdido, mas, sim, como fundos reembolsáveis, estamos a tentar ancorar essas expectativas.

Assim, à medida que formos fechando esses *dossiers*, não deixaremos de os transmitir aos cidadãos e aos agentes económicos, desde logo às famílias e aos investidores para que eles possam, com credibilidade, aceitar uma perspetiva de melhores condições para a retoma da economia.

Mas, Sr. Deputado Nuno Magalhães, apesar de não ter feito a pergunta mas porque ela foi reafirmada ainda há pouco, permita-me que diga que isso não se faz com promessas de aumento da despesa pública, nomeadamente através do aumento do salário mínimo nacional.

Há pouco, recordei que a Irlanda fez o oposto, quer dizer, cortou cerca de 10% ao salário mínimo nacional. Nós, em Portugal, rejeitámos essa possibilidade e dissemos que não tínhamos condições para atualizar o ordenado mínimo nacional, mas que o manteríamos congelado.

Não adotámos a posição da Irlanda. Porquê? Porque achámos que, em Portugal, a diferença de nível para o salário mínimo nacional é demasiado elevada para que pudéssemos tocar no valor do salário mínimo. Portanto, repito, rejeitámos essa possibilidade. Mas não gera qualquer perspectiva de emprego aumentá-lo; é o contrário. Quando há Srs. Deputados que vêm dizer: «Dê uma boa notícia ao País. Prometa que pode aumentar o salário mínimo nacional», em concertação, evidentemente, eles não estão a pensar no impacto sobre o emprego porque uma medida dessa natureza geraria nesta altura ainda mais desemprego e não mais perspectiva de emprego.

Risos do PS.

Portanto, não deixaremos, em sede de concertação social, de discutir o aumento do salário mínimo nacional, levados, evidentemente, pelos aumentos de produtividade, numa altura em que o País esteja em condições de dobrar o nível de atividade, que nesta altura ainda é recessivo e que nós queremos inverter para recuperação. Nessa altura, talvez, Sr. Deputado. Nessa altura, faz sentido dizer que o tecido produtivo português tem condições para remunerar melhor. Até lá, Sr. Deputado, devem fazê-lo as empresas que têm condições para o fazer e não porque o Estado lhes impõe uma despesa adicional que eles poderiam não suportar e com isso trazer ainda mais desemprego ao País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a tarefa que temos pela frente em Portugal e, de resto, também na Europa é, de facto, uma tarefa gigante: equilibrar as contas públicas; equilibrar, do ponto de vista orçamental, a zona onde nos integramos; criar as bases para termos crescimento económico e para podermos gerar emprego. E fazer tudo isto ao mesmo tempo tendo a sensibilidade social de não deixar ninguém para trás.

Por isso, ao contrário daquilo que foi aqui dito, o Sr. Primeiro-Ministro não está sozinho em Portugal e também não está sozinho neste espaço europeu em que nos envolvemos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Pois não! Está com o Ministro Relvas!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — De resto, hoje, dia 6 de Março, faz precisamente 10 meses que foi eleito o atual Presidente francês, faz mais ou menos 10 meses que o líder do Partido Socialista, o Sr. Deputado António José Seguro, participava no comício de encerramento desse momento eleitoral que ia relançar tudo aquilo que era a política europeia e tudo aquilo que eram as expetativas relativamente ao futuro.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Pois bem, já aqui foi referido, e é verdade, que hoje um jornal francês de grande tiragem anunciou que o Governo socialista de França acrescenta à política de contenção orçamental que já vem seguindo um novo plano de redução estrutural da despesa de vários milhares de milhões de euros — na circunstância, 4000 milhões de euros.

Protestos do PS.

Está aqui. Vem no *Le Monde*, de hoje.

Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de «estar sozinho» já é um início de conversa. É que vemos quem é que está sozinho hoje, face àquilo que estava há 10 meses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, o principal partido da oposição tem a dar o seu trabalho e o seu contributo e, recentemente — e bem, e legitimamente! —, também interveio no sentido de sensibilizar os nossos parceiros relativamente àquelas que são as suas posições políticas e escreveu, nomeadamente, aos elementos que compõem a troika. E já recebeu notícias de volta.

Na última sexta-feira, tive ocasião de ler aqui alguns excertos daquela carta — que começou por serem publicados alguns excertos e depois foi publicada na íntegra — que são elucidativos para verificar quem é que está sozinho naquilo que é a análise da nossa situação.

Vou ler os dois primeiros parágrafos e depois os dois últimos parágrafos dessa carta.

Primeiro parágrafo: «Como sabe...» —...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Devia saber!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... a carta dirigia-se ao Sr. Deputado António José Seguro — «... o objetivo do envolvimento da *troika* em Portugal é ajudar a corrigir os erros das políticas que geraram crise económica e colocar a economia numa rota de crescimento duradouro que possa gerar os empregos que as pessoas precisam».

Depois, prossegue: «O elevado peso da dívida pública e os constrangimentos financeiros que Portugal vive são as razões...» — repito, «são as razões» — «... que fazem com que o ajustamento fiscal seja inevitável».

Depois, é desenvolvido este raciocínio e a carta termina da seguinte forma: «Mas algum ajustamento fiscal é ainda necessário, esperando nós que a revisão da despesa pública em curso (a reforma do Estado) possa servir de guia».

E termina dizendo que o progresso que Portugal tem vindo a fazer não teria sido possível sem uma alargada base de apoio político e social e que se fica feliz por, enfim, esperar que por parte do principal partido da oposição também possa haver um papel construtivo neste domínio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, é verdade que os nossos parceiros podem não ter razão em tudo, mas têm uma posição sobre o evoluir da nossa situação.

Parece que quem está verdadeiramente sozinho, porque também aqui está muito longe daquilo que recebeu na troca do correio, é o Partido Socialista e o seu líder.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de «estar sozinho» também não é um mau exercício.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, dizer, como aqui foi dito na última sexta-feira e hoje repetido, que a primeira medida que é preciso tomar em Portugal, a mais emblemática, é parar a austeridade e depois, a partir daí, elencar um conjunto de programas, alguns até estão em execução e outros em que se propunha que pudessem aumentar a despesa pública sem estar disponível para diminuir essa despesa pública, é, de facto, um caminho muito fácil de anunciar, mas muito difícil, senão mesmo impossível, de concretizar que não com o desfecho a que chegámos com os seis anos e meio da governação anterior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — É que, Sr. Primeiro-Ministro, propor isto desta maneira de duas, uma: ou é um desconhecimento inexplicável da realidade persistir no erro de ir buscar a receita anterior para ao fim e ao cabo ter o mesmo desfecho, isto é, termos, a seguir, uma nova crise ainda mais profunda do que esta, o que já seria por si só uma grande irresponsabilidade, ou, então, é mesmo oportunismo político de quem quer aproveitar o esforço que o País está a empreender e tirar dividendos políticos imediatos qual pressa para poder subir a sua popularidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, nós nunca prometemos um caminho fácil...

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Mas também não prometeram este!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... mas prometemos um caminho que é sólido, que é consistente e que quer evitar que, num futuro próximo, estejamos na situação a que chegámos agora.

Sr. Primeiro-Ministro, tem sido uma nota dominante em alguns discursos da oposição que este Governo não tem sensibilidade social.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Ora bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que quem está a equilibrar as contas públicas, quem está com vontade de reduzir a despesa do Estado no sentido de o tornar mais eficiente, absorvendo menos recursos e disponibilizando mais recursos para a economia, quem está com um programa ambicioso de reformas estruturais, está, antes de mais, a ter preocupação social. A primeira política social é esta mesmo, Sr. Primeiro-Ministro!

Agora, para além desde desiderato e deste desafio de longo alcance, sempre dissemos — e é verdade — que não queríamos deixar ninguém para trás, sobretudo aqueles que, nesta circunstância, na circunstância em que Portugal foi envolvido, estão mais desprotegidos para as dificuldades do momento.

Sr. Primeiro-Ministro, veio agora o maior partido da oposição propor um programa especial para desempregados que não tenham acesso ao subsídio de desemprego. É uma preocupação que nós estimamos. Mas isso vem daquele partido que, em primeiro lugar, não reconhece que estamos, hoje, a executar um programa de emergência social e, em segundo lugar, que tem a ousadia de discordar desse programa e de lhe chamar «caridade».

Sr. Primeiro-Ministro, para recordar gostaria ainda de dizer o seguinte: majoração de 10% no subsídio de desemprego para casais com filhos em que ambos os cônjuges estão desempregados;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Em que ambos têm subsídio de desemprego!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... aumento, para o dobro, do período de concessão do subsídio social de desemprego para pessoas com mais de 40 anos; criação do subsídio de desemprego para trabalhadores independentes; redução do prazo de garantia para aceder ao subsídio para 12 meses; criação do trabalho ativo e solidário para desempregados de longa duração,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Trabalho de escravo!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... pessoas com deficiência e pessoas mais velhas; reforma das condições para aceder ao regime social de inserção; expansão da rede solidária de cantinas sociais, de 62 para as atuais 947 —...

Protestos do PS.

... se não ouviram, eu repito: de 62 cantinas sociais para 947; o reforço do programa escolar de alimentação nas escolas; o reforço da comparticipação de manuais escolares; o aumento de vagas nas creches; o lançamento do banco de medicamentos; a atualização das pensões mais baixas, que estavam congeladas pelo Governo anterior;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... o desenvolvimento do mercado social de arrendamento; a criação das tarifas sociais na energia, nos transportes;...

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — É falso!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... os protocolos com as instituições particulares de solidariedade social; e a devolução de 50% do IVA relativamente aos investimentos feitos na área social.

Sr. Primeiro-Ministro, estas medidas não foram anunciadas num debate parlamentar, como acontecia no consulado anterior. O Sr. Primeiro-Ministro não veio aqui anunciá-las para, depois, voltar a fazê-lo passado um mês quando elas ainda não estavam no terreno.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, até lhe peço que não faça isso nos debates quinzenais para ganhar um título de jornal na manhã seguinte.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Porém, as medidas de que lhe falei estão no terreno, estão a afetar a vida das pessoas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do BE João Semedo.

As pessoas confrontam-se com elas todos os dias, Sr. Primeiro-Ministro!

Por isso, termino voltando ao princípio, ou seja, dizendo que as medidas que referi vão no sentido de não deixarmos aqueles que estão numa situação de vulnerabilidade para trás. Mas a nossa política social é mais ambiciosa: é que todos neste País tenham a mesma igualdade de oportunidades para aceder à educação, para aceder à saúde, para ter segurança, para aceder ao sistema de justiça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Boa piada! Há de ser, há de!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Para isso, temos de ter um Estado equilibrado, um Estado eficiente, um Estado que gaste menos!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Claro!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — E quem não está disponível para colocar o Estado a gastar menos acrescentando-lhe eficiência e não diminuindo os serviços que presta às pessoas, verdadeiramente, não está disponível para ter política social em Portugal, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, obrigado pelas questões que colocou.

Tenho a certeza de que a lista de medidas que têm vindo a ser adotadas, e que o Sr. Deputado elencou, quer em matéria de políticas ativas de emprego, quer em matéria de resposta para o tecido produtivo

português, poderia ser, a par daquelas que estão destinadas aos mais vulneráveis, bastante estendida com todos os investimentos que foram realizados ou através do QREN e da sua reprogramação ou através de financiamento com origem no Orçamento do Estado para alavancar fundos destinados às PME de uma forma que não deixaria dúvidas quanto ao ativismo que o Governo tem tido para, naquilo que está ao seu alcance e dentro dos limites orçamentais que tem, poder cumprir o seu papel de gerar do lado da economia sinais suficientes para manter a expectativa da superação da crise.

Ao longo do último ano, tivemos, e vamos renová-lo para este ano — recorde apenas o essencial —, cerca de 335 milhões de euros do Fundo JESSICA, dos quais temos já em execução 12 projetos que têm um impacto de cerca de 400 postos de trabalho e que deverão envolver um financiamento de cerca de 22 milhões de euros, mas esperamos, até ao final deste semestre, atingir cerca de 50% do volume total do Fundo disponível.

Não vou recordar as linhas PME Crescimento, PME Investe e Investe QREN, de apoio à exportação e à capitalização, que já desenvolvemos. Elas representam, no seu conjunto, vários milhares de milhões de euros que têm sido disponibilizados à economia portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas temos feito mais do que isso, Sr. Deputado. Fizemos, no ano passado, a regularização de dívidas do sistema nacional de saúde à economia portuguesa até cerca de 1600 milhões de euros,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas cortaram no Orçamento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... isto é, dívida que estava nos balanços, sobretudo dos hospitais EPE (empresas públicas empresariais). Portanto, conseguimos uma injeção de liquidez importante, numa altura em que sabíamos que a disponibilidade para financiar a economia era limitada.

Qual é a estratégia do Governo? Já aqui a abordei, pelo que evito a repetição. Mas direi, sinteticamente, que a estratégia do Governo nessa matéria é a de utilizar a estratégia de regresso a financiamento não oficial do Estado como um elemento facilitador da descida do custo do financiamento, via sistema financeiro, às empresas e às famílias. Esse é o aspeto mais relevante.

Sabemos que vivemos no mercado interno uma segmentação de mercado financeiro que não está nas mãos de nenhum governo isoladamente ultrapassar. Portanto, têm de ser encontradas respostas europeias para esse problema, e a resposta mais poderosa para essa segmentação do mercado financeiro chama-se união bancária. O Governo a que presido gostaria que ela fosse alargada — temo-nos batido por isso — a uma verdadeira união financeira, mais do que uma união bancária, mesmo sabendo que o sistema bancário é grandemente responsável pelo financiamento da economia. Mas há mais para além dos bancos.

Ora, na medida em que o mecanismo de supervisão único entre em funcionamento e em que seja possível, até 2014, acordar a existência de um fundo de garantia de depósitos e de um fundo de resolução comuns, garantiremos condições para ultrapassar esta segmentação que atualmente existe.

Mas não podemos simplesmente ficar à espera desse resultado. Temos necessidades de financiamento efetivo da economia real — não dos Estado, mas da economia real — este ano para cumprir e, se o sistema financeiro apresenta a solidez necessária para poder cumprir com essa função, a verdade é que o custo do crédito é ainda muito elevado. Nós esperamos que o caminho que temos vindo a seguir possa paulatinamente conduzir a níveis de taxas de juros sustentadamente mais baixas que permitam que os bancos repassem para as famílias e para as empresas custos de financiamento menores. É disso que depende a retoma do crescimento em Portugal: de condições de financiamento à economia que sejam mais favoráveis, a par do investimento direto externo.

Ora, Sr. Deputado, estamos a completar justamente a negociação que faremos com os nossos parceiros europeus, qualificando-nos para o Programa Transações Monetárias Sem Reservas (OMT) do Banco Central Europeu (BCE), procurando trazer, com emissões de longo prazo, uma reconstrução da nossa curva de rendimento e acautelando com isso que conseguiremos ajudar o sistema financeiro português a garantir melhores condições de financiamento a mais baixo custo para as empresas. Sem investimento, Sr. Deputado,

já aqui foi dito, não há crescimento; é inteiramente verdade! Mas, se o Estado não dispõe de margem para fazer, ele próprio, esse investimento — e muitas vezes nem é desejável que o faça, embora o bom investimento público seja sempre relevante —, a verdade é que o investimento privado não pode ser excessivamente garroteado, não pelo processo de desalavancagem, que sempre precisaríamos de fazer, porque tínhamos uma economia viciada em crédito e em bancos que não teriam a possibilidade de sustentar esse crédito, mas temos que ter custos de financiamento que permitam às nossas empresas competir lealmente com as empresas de outros países europeus no mercado interno.

É isso que o Governo está a fazer ativamente. Os portugueses saberão, portanto, que, quando pudermos dizer que regressámos aos mercados, que as taxas de juro são mais baixas, não é, Sr. Deputado, porque isso nos permite imediatamente baixar o desemprego mas porque isso nos permite criar as condições para que o financiamento retorne à económica portuguesa e as empresas possam expandir os seus negócios, empregar mais gente e acrescentar valor ao Produto nacional. É isso que nós estamos a fazer!

Aplausos do PSD.

O Sr. **João Galamba** (PS): — É preciso procura!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Evidentemente, queremos também afinar mecanismos que nos permitam dar respostas de mais curto prazo.

No início deste debate, foi apontada pelo Sr. Deputado António José Seguro uma questão sobre o programa Impulso Jovem. Na altura, não dispunha de tempo para responder, mas, se o Sr. Deputado Luís Montenegro não levar a mal, aproveito para completar a informação ao Sr. Deputado António José Seguro.

De facto, o valor não é o que apontou. Falou de um valor na ordem das 1000 ou 1400 candidaturas. As candidaturas são, nesta altura, cerca de 7500. No Impulso Jovem, elas aumentaram...

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Falei de colocados, não de candidaturas! É uma questão de rigor!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado não quer ouvir a resposta?

O Sr. **António José Seguro** (PS): — É preciso rigor!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estão já em apreciação, no âmbito do Impulso Jovem, 7502 as candidaturas: cerca de 4180, no âmbito do Passaporte Emprego e dos Programas de Estágios Profissionais na Administração Pública; 2087, no que respeita ao apoio à contratação e ao empreendedorismo; e 1235, no âmbito do apoio ao investimento — Empreendedorismo Jovem e Promoção da Internacionalização.

O Sr. **António Braga** (PS): — Quantos são os colocados?

O S. **Primeiro-Ministro**: — Reconhecemos, no ano passado — eu próprio o fiz nesta Câmara — que o lançamento do programa Impulso Jovem não tinha tido, até ao final do ano, o impacto que esperávamos,

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Pois, não teve!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por essa razão, num programa que esteve em execução de setembro até dezembro — não foi um ano, foi de setembro a dezembro —, fizemos uma reavaliação, e fizemo-la com os parceiros sociais. Em conclusão dessa avaliação, melhorámos as condições de atribuição destas candidaturas.

Em face disso, houve, pelo menos, uma resposta significativa que adveio, julgo, no essencial, de termos terminado com a restrição que obrigava a que existisse um período de carência de, pelo menos, quatro meses de inscrição nos centros de emprego para que os jovens portugueses se pudessem candidatar a estas bolsas e ao programa Impulso Jovem. E, de facto, a resposta foi muito grande, logo a seguir a estas alterações terem sido feitas.

Assim, Sr. Deputado, a concluir, reafirmo que o Governo se encontra a prosseguir uma estratégia que segue na direção certa. Isso é reconhecido hoje externamente e espero que seja progressivamente reconhecido também internamente.

Esperamos, com isso, não deitar fora tudo aquilo que resultou dos sacrifícios que as pessoas fizeram até hoje.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Deixe-se de desculpas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se, porventura, fosse adotado o roteiro que o principal partido da oposição apresenta, supostamente para sairmos da crise — enfim, apresenta-o com simplicidade, diria até com alguma demagogia —, tomando como atitude principal a de que devemos abandonar a política que temos seguido, basicamente regressaríamos ao início do nosso processo.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quem em Portugal, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, quer ficar com a responsabilidade de voltar ao princípio? Eu não, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fernando Medina** (PS): — Não querem mas vão ficar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E aos Srs. Deputados que têm apoiado este Governo nesta Câmara, do CDS-PP e do PSD, quero garantir, em nome do Governo e da coligação, de que não, nós não deitaremos os esforços e os sacrifícios dos portugueses a perder; não, nós não entraremos em aventuras gastadoras como aquelas que nos trouxeram à presente situação; não, nós não seremos facilitistas; não, nós não sairemos de uma direção que garante que este programa será fechado com sucesso e que não precisaremos de um segundo programa de apoio e de resgate a Portugal.

Se estiver à nossa frente a possibilidade de termos acesso a financiamento não oficial, é isso que exploraremos e consideraremos o princípio do fim do nosso programa e o princípio da nossa recuperação financeira.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, termina aqui o debate quinzenal. Cumprimento os Membros do Governo presentes e também os Srs. Deputados, em especial os que intervieram.

Vou apenas dar conta da agenda da próxima sessão plenária, que se realizará amanhã, com início às 15 horas e a seguinte ordem do dia: declarações políticas; discussão conjunta da petição n.º 137/XII (1.^a) — Da iniciativa do Movimento de Utentes de Saúde Pública, solicitando a revogação do aumento das taxas moderadoras e medidas para assegurar o transporte de doentes, e do projeto de resolução n.º 626/XII (2.^a) — Revogação das taxas moderadoras e atribuição do transporte de doentes não urgentes (PCP); apreciação da petição n.º 146/XII (1.^a) — Da iniciativa de Alexandra Filipa Soares Rodrigues, e outros, solicitando a liberdade na escolha do prestador de serviços de análises clínicas; apreciação da petição n.º 149/XII (1.^a) — Da iniciativa de José Alberto Braga Rodrigues, e outros, defendendo a continuação da disciplina de Educação Visual e Tecnológica no 2.º Ciclo do Ensino Básico; e discussão conjunta da petição n.º 151/XII (1.^a) — Da iniciativa de Vítor Antunes (Presidente da Junta de freguesia da Quinta do Conde), solicitando a construção de uma escola secundária na Quinta do Conde, e dos projetos de resolução n.ºs 402/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a construção da escola secundária da Quinta do Perú, na freguesia da Quinta do Conde (BE), 446/XII (1.^a) — Construção de escola secundária na Quinta do Conde, concelho de Sesimbra (PCP) e 631/XII (2.^a) —

Recomenda ao Governo que proceda à construção de uma escola secundária na Quinta do Conde — Sesimbra (Os Verdes).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 5 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.